



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- Cada questão discursiva deverá ser redigida em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Uma carta (traduzida) de Van Gogh a seu irmão Théo, diz o seguinte:

A respeito do Meerestille de Heine, que eu tinha copiado no teu caderno, não é? Há algum tempo atrás eu vi um quadro de Thijs Maris que me fez pensar nele.

Uma velha cidade da Holanda, com fileiras de casas num castanho avermelhado com oitões em escadinha e patamares nas portas, telhados cinzas, e portas brancas ou amarelas, vãos e cornijas, canais com barcos e uma grande ponte levadiça branca sob a qual se encontra uma chata com um homem ao leme, a casinha do guarda da ponte que se vê pela janela sentado em sua pequena escrivaninha.

Um pouco mais longe no canal, uma ponte de pedra sobre a qual passam pessoas e uma charrete com cavalos brancos.

É movimento por toda parte; um homem com um carrinho de mão, um outro apoiado no parapeito, olhando para a água, mulheres de preto com toucas brancas.

No primeiro plano, um cais com lajotas e um parapeito preto.

Assinale a afirmação correta sobre esse fragmento textual.

- (A) Trata-se de texto basicamente descritivo, com exceção do penúltimo parágrafo, de tipo narrativo.
- (B) Há possíveis problemas na tradução do texto, como a ambiguidade no emprego de “nele”, no primeiro parágrafo.
- (C) Ocorre nítida incoerência no segmento “portas brancas ou amarelas”, no segundo parágrafo.
- (D) Há emprego indevido da preposição “sob” em lugar de “sobre” no segundo parágrafo.
- (E) A expressão “Um pouco mais longe no canal”, no terceiro parágrafo, mostra ilogicidade, pois um quadro, sendo um plano, não tem profundidade.

2

Observe a seguinte reflexão:

A abelha vive fazendo cera. Sempre. E com tudo isto acontecendo, como é que a abelha consegue ser a imagem do labor incessante?

Sobre a estrutura e a composição desse pensamento, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O advérbio “Sempre” é redundante, pois o verbo “viver” já indica uma ação interminável.
- (B) A expressão “fazendo cera” aparece nesse pensamento com duplo sentido.
- (C) O segmento “tudo isto” traz a ideia de uma grande quantidade de ações, sentido adequado ao contexto.
- (D) A forma do pronome demonstrativo “isto” deveria ser substituída por “isso”, por referir-se a um termo anterior.
- (E) A expressão “é que” é empregada enfaticamente, sem ligações sintáticas com os outros termos.

3

Um escritor americano deu a seguinte opinião sobre os aborígenes, ou seja, os primitivos habitantes de um país:

Gente de valor escasso que atravanca o solo de um país recém-descoberto. Mas logo deixa de atravancar, e passa a fertilizá-lo.

Sobre a estrutura e a significação desse pensamento, assinale a afirmativa adequada.

- (A) O texto mostra uma visão positiva dos aborígenes, por seu eficiente trabalho com a terra.
- (B) O fragmento textual mostra o desenvolvimento agrícola dos aborígenes, que aprendem novas técnicas de fertilização com os descobridores.
- (C) O autor do texto critica a utilização de técnicas agrícolas antiquadas por parte dos aborígenes.
- (D) O texto faz uma referência irônico-trágica ao fato de os descobridores matarem os aborígenes.
- (E) O enunciador do texto faz referência à tentativa europeia de “civilizar” os aborígenes de países recém-descobertos.

4

Um folheto de conteúdo religioso trazia o seguinte fragmento textual, retirado do Velho Testamento:

Por isso se chamou o seu nome Babel, porque ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra, e dali os dispersou por toda a superfície dela.

Há uma série de marcas que indicam claramente que esse fragmento textual foi retirado de um texto de maior extensão; entre essas marcas, assinale a única que foi **incorretamente** indicada.

- (A) A expressão inicial “Por isso” se prende logicamente a motivos anteriormente citados.
- (B) O possessivo “seu” também deve referir-se a um termo que não está presente neste segmento do texto.
- (C) Os vocábulos “ali” e “dali” se referem a um lugar que não está indicado anteriormente neste segmento.
- (D) O pronome pessoal “os” também não mostra o seu antecedente neste fragmento textual.
- (E) O pronome pessoal “dela” não mostra neste segmento, como outros já citados, o antecedente a que se refere.

5

As frases a seguir mostram uma palavra ou expressão com duplo sentido, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Não ligue para os problemas da vida: eles não têm telefone.
- (B) Neste ônibus o motorista é o único a ter assento permanente; o resto é passageiro.
- (C) Se as abelhas vivem fazendo cera, como é que elas podem ser o símbolo do trabalho incessante?
- (D) Problemas que vão embora sozinhos voltam sozinhos.
- (E) Eles cortaram as relações, mas como a faca estava cega, reataram logo depois.

6

Assinale a frase em que a modificação de uma oração reduzida para uma desenvolvida tenha sido feita de forma **inadequada**.

- (A) Os estrangeiros terão de comer muito feijão para chegar à posição de maior banco do mundo. / *para que cheguem*.
- (B) Não existe política cultural no Brasil. Existem pessoas que têm talento para captar dinheiro. / *para que captem dinheiro*.
- (C) Negócios são negócios: alguns pagam para fazermos, outros nós pagamos para fazer. / *para que façamos, para que façam*.
- (D) Falência é um procedimento da lei que permite pôr o dinheiro nos bolsos das calças e entregar o paletó aos credores. / *que se ponha, que se entregue*.
- (E) A protelação é como um cartão de crédito: é muito divertido até você receber a conta. / *até o recebimento da conta*.

7

Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.

- (A) No México que é bom. Lá a gente recebe semanalmente, de 15 em 15 dias.
- (B) Vou me aposentar cinco ou dez anos depois de morto.
- (C) Há ocasiões em que a melhor decisão é não fazer nada.
- (D) Você tem de prestar muita atenção se não souber para onde está indo, porque você pode não chegar lá.
- (E) Se você não tem o que dizer, diga assim mesmo.

8

Observe o seguinte texto:

A felicidade depende da habilidade que tenhamos naquelas atividades que consideramos importantes: somente se lhes damos um real valor aos pequenos detalhes cotidianos, poderemos ter instantes felizes. A felicidade absoluta não existe, e já que só podemos acessar os pequenos detalhes daquilo que nos interessa, devemos contentar-nos com isso. Por isso, a infelicidade é um sinal claro de nossa incompetência na arte de viver.

Sobre a estrutura e a significação desse texto, assinale a afirmação **inadequada**.

- (A) O tema do texto gira em torno do que consiste a felicidade e o que viria a ser o seu oposto.
- (B) A afirmação de que “A felicidade absoluta não existe” é de cunho pessoal do autor do texto, representando uma opinião.
- (C) O raciocínio utilizado na estruturação argumentativa é do tipo dedutivo.
- (D) O conector “Por isso” mostra a preocupação com o caráter lógico da argumentação.
- (E) A tese do texto é a de que a infelicidade é fruto de nossa incompetência na arte de viver.

9

Observe o seguinte fragmento textual:

Era a primeira vez que viajava sozinha, mas não estava assustada; ao contrário, me parecia uma aventura agradável aquela profunda liberdade na noite. O sangue, depois daquela longa viagem, começava a circular nas pernas entumecidas e com um sorriso de assombro olhava aquela grande estação e os grupos que aguardavam o expresso e os que chegávamos com três horas de atraso.

O cheiro especial, o grande rumor das pessoas, as luzes sempre tristes tinham para mim um grande encanto, já que envolvia todas as minhas impressões na maravilha de haver chegado finalmente a uma cidade grande, adorada em meus sonhos por ser desconhecida.

Comecei a seguir – uma gota numa corrente – o rumo da massa humana que, carregada de malas, se aglomerava na saída. Minha bagagem era uma mala pesada – porque estava cheia de livros – e a levava eu mesma com toda a força de minha juventude e de minha ansiosa expectativa.

Sobre a estrutura e a significação desse texto, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O texto está narrado na primeira pessoa do singular e emprega preferencialmente o pretérito imperfeito do indicativo.
- (B) O último período do texto é de tipo narrativo, mostrando a última ação de uma sequência.
- (C) O narrador do texto é também o seu protagonista, com ponto de vista interno.
- (D) Trata-se de uma narrativa linear, pois segue uma ordem cronologicamente temporal lógica.
- (E) O último parágrafo começa por uma forma verbal no pretérito perfeito do indicativo, indicando uma ação que só acontece uma vez.

10

Observe o seguinte fragmento textual:

O desaparecimento dos dinossauros. Há atualmente duas teorias para tentar explicar a extinção dos dinossauros no fim do Cretáceo. A primeira alude à possibilidade de uma catástrofe cósmica, a propósito da qual foram feitas diversas opiniões: uma estrela teria explodido perto de nosso sistema solar e teria contaminado a Terra com radiações mortais; um meteorito gigante, com 10 quilômetros de diâmetro, que teria colidido com nosso planeta, causando uma gigantesca explosão que teria projetado uma grande quantidade de poeira e de vapor d'água na atmosfera, formando uma capa espessa que escondeu o Sol durante meses ou menos. O resultado teria sido o desaparecimento completo das plantas e da vida animal, de tudo o que depende da luz solar. Para apoiar essa tese, descobriu-se um elemento muito raro, o irídio, concentrado em sedimentos calcários nos últimos tempos do Cretáceo.

Sobre esse fragmento textual é correto observar que

- (A) apesar de o início do texto falar de duas teorias, na verdade há três suposições explicativas para o desaparecimento dos dinossauros.
- (B) o autor do texto interfere no que informa, mostrando claramente sua preferência por uma teoria.
- (C) o texto se desenvolve na relação causa / consequência, mostrando uma teoria explicativa e as consequências encadeadas dela advindas.
- (D) todas as ideias apresentadas no texto se apoiam na autoridade de quem o enuncia.
- (E) não há qualquer preocupação em dar um caráter científico ao que é exposto.

Raciocínio Lógico e Matemático

11

No estojo de Alessandra há somente seis itens: três lápis idênticos, duas canetas azuis idênticas e uma caneta vermelha. Três desses itens serão retirados aleatoriamente e de maneira sucessiva de dentro do estojo.

Se os itens retirados não serão colocados de volta no estojo, a probabilidade de que, entre os três itens retirados, não haja canetas de cores diferentes é

- (A) 50%.
- (B) 52%.
- (C) 54%.
- (D) 60%.
- (E) 65%.

12

Em um copo, há certa quantidade de café com leite. Sabe-se que essa mistura é formada na proporção de quatro partes de leite para uma parte de café.

A essa mistura, acrescenta-se mais uma parte de leite e mais uma de café. Em seguida, a mistura é diluída pelo acréscimo de 10mL de água, fazendo com que, por fim, haja 500mL no copo.

Se todas as partes mencionadas têm o mesmo volume, após a diluição, a quantidade de leite no copo corresponde à seguinte porcentagem do volume total da mistura:

- (A) 70%.
- (B) 75%.
- (C) 80%.
- (D) 85%.
- (E) 90%.

13

Considere dois números reais positivos representados por x e y . É certo que 3 é menor do que x e que 5 é maior do que y .

Se $x < y$, então

- (A) $x + y$ é maior do que 8.
- (B) $x + y$ é menor do que 8.
- (C) xy é igual a 16.
- (D) $y - x$ é menor do que 2.
- (E) $y - x$ é menor do que 1.

14

Considere uma operação matemática representada por $\&$, definida no conjunto dos números inteiros positivos, tal que

$$a\&b = (a - b)^2 - (a - b)$$

Com respeito a essa operação, pode-se afirmar que

- (A) se $a\&b = 0$, então $a = b$.
- (B) se $a\&b = 0$, então a e b são números consecutivos com b menor que a .
- (C) se $a\&b = 0$, então a e b são números consecutivos com a menor que b .
- (D) se a e b são números consecutivos com b menor que a , então $a\&b = 0$.
- (E) se a e b são números consecutivos com a menor que b , então $a\&b = 0$.

15

Todos os dias, de segunda a sexta, João faz exatamente 20 flexões de braço como parte de um treinamento físico. Aos sábados e domingos, o treinamento continua, mas ele faz apenas 10 flexões a cada dia.

Esse treinamento acaba quando ele fizer, ao todo, 3200 flexões.

Se o treinamento começa em uma segunda-feira, o último dia de treinamento cairá em

- (A) uma quarta-feira.
- (B) uma quinta-feira.
- (C) uma sexta-feira.
- (D) um sábado.
- (E) um domingo.

Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza

16

João, que atua na área de cerimonial da Câmara Municipal de Fortaleza, estava oferecendo o suporte necessário para a realização da sessão solene de instalação da legislatura, e tinha dúvidas em relação a três atos, mais especificamente se integrariam, ou não a ordem dos trabalhos, quais sejam:

- I. posse dos vereadores presentes;
- II. eleição dos membros da Mesa Diretora;
- III. entrega de declaração de bens pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito.

Após analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, João concluiu corretamente, em relação aos atos referidos em I, II e III, que

- (A) apenas o ato II integra a ordem dos trabalhos.
- (B) apenas o ato III integra a ordem dos trabalhos.
- (C) todos os atos integram a ordem dos trabalhos.
- (D) apenas os atos I e II integram a ordem dos trabalhos.
- (E) apenas os atos I e III integram a ordem dos trabalhos.

17

Maria, filiada ao Partido Político Alfa e única vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza no início de determinada legislatura, almejava integrar a Mesa Diretora.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que Maria

- (A) embora seja do sexo feminino, não pode receber tratamento diferenciado por força do princípio geral de isonomia entre os vereadores.
- (B) tem o direito subjetivo de integrar a Mesa Diretora, a exemplo do que se verifica com os representantes das demais minorias que integram a Casa Legislativa.
- (C) somente pode integrar a Mesa Diretora com observância da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa Legislativa.
- (D) todas as mulheres que sejam indicadas pelos líderes dos seus partidos ou blocos parlamentares têm o direito, por força de ação afirmativa de cunho regimental, de integrar a Mesa Diretora.
- (E) independente da representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa Legislativa, tem garantida, tanto quanto possível, sua participação na Mesa Diretora.

18

Ana, recém-empossada servidora da Câmara Municipal de Fortaleza, com o objetivo de melhor se preparar para as demandas que receberia, indagou de uma colega quais seriam as características básicas das sessões legislativas ordinárias, mais especificamente em relação à sua periodicidade, convocação e possível interrupção.

Foi corretamente esclarecido a Ana que as referidas sessões

- (A) são divididas em no máximo dezesseis períodos mensais.
- (B) têm o início dos seus períodos independentemente de prévia convocação.
- (C) não podem ser interrompidas sem aprovação do projeto de lei orçamentária anual.
- (D) podem ser interrompidas ainda que não haja a conclusão da votação de proposições legislativas.
- (E) somente podem ser instaladas se a respectiva convocação for realizada com antecedência mínima de dois dias.

19

A Câmara Municipal de Fortaleza foi convidada a encaminhar representantes para participar de um fórum de discussão, envolvendo autoridades federais, estaduais e municipais, com o objetivo de aprimorar a atividade turística nas localidades que tivessem potencial para esse fim. Para tanto, deveriam ser designados vereadores para a missão oficial de representação da Câmara.

Os vereadores que participarão dessa missão devem ser designados

- (A) pela Mesa Diretora.
- (B) pelo Colégio de Líderes.
- (C) pelo Plenário da Câmara Municipal.
- (D) pelo Presidente da Câmara Municipal.
- (E) pelo líder de cada Partido Político com representação na Câmara Municipal.

20

Maria, vereadora da Câmara Municipal de Fortaleza, entrou em gozo de licença não remunerada, pelo prazo de cem dias, para tratar de interesse particular. Após o decurso de noventa dias, por entender que os seus problemas particulares não mais subsistiam, bem como com o objetivo de participar da votação de proposição legislativa que seria inserida na ordem do dia na próxima semana, Maria decidiu antecipar o seu retorno.

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que o retorno antecipado de Maria

- (A) não é admitido, pois violaria o ato jurídico perfeito.
- (B) configura um direito subjetivo, sendo assegurada a Maria a imediata reassunção do seu mandato.
- (C) não é admitido, pois afrontaria o exercício do mandato pelo suplente convocado para substituir Maria.
- (D) depende de requerimento escrito, que só produzirá efeitos após a leitura em Plenário, com registro em ata, na primeira sessão após o seu recebimento.
- (E) deve ser requerido à Mesa Diretora, que o submeterá ao plenário na primeira sessão após o seu recebimento, produzindo efeitos após a publicação da decisão.

21

XX, alguns meses após a posse, em razão de um grave problema familiar, decidiu renunciar ao mandato de vereador da Câmara Municipal de Fortaleza.

Ao analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, em relação às possibilidades de efetivar o seu desiderato, XX concluiu corretamente que o ato

- (A) pode ser expresso ou tácito.
- (B) somente pode ser expresso e deve ter como destinatário o Presidente da Câmara.
- (C) deve ser apresentado por escrito, perante a Mesa Diretora, e registrado em ata, tornando-se irretratável.
- (D) se torna irretratável desde o momento em que é exteriorizado em pronunciamento perante o Plenário.
- (E) pode ser condicionado ou incondicionado, tornando-se eficaz, neste último caso, com o implemento da condição.

22

XX, vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, almejava que a estrutura orgânica competente, no âmbito dessa Casa Legislativa, analisasse uma proposição visando à criação de novo bairro. Acresça-se que a criação desse novo bairro era reivindicada por considerável parcela da população.

O Presidente da Câmara, ao receber a proposição, entendeu corretamente que, por imposição regimental, ela deve ser apreciada

- (A) pela Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.
- (B) pela Comissão de Constituição e Justiça.
- (C) pela Comissão de Participação Popular.
- (D) diretamente pelo Plenário.
- (E) pela Mesa Diretora.

23

João e Maria, vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza, almejavam criar uma Frente Parlamentar com o objetivo de promover, em conjunto com órgãos públicos e representantes da sociedade civil, a discussão e o aprimoramento da política pública de saúde preventiva no território municipal.

Após analisarem o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, João e Maria concluíram corretamente que a referida estrutura

- (A) não tem previsão regimental, devendo ser criada a partir de iniciativa dos partidos políticos.
- (B) uma vez criada e instalada, não pode receber a adesão de novos vereadores no curso dos seus trabalhos.
- (C) após a aprovação de sua criação pelo órgão competente, terá os seus membros designados pelo Presidente da Câmara.
- (D) não pode ser criada enquanto estiverem funcionando, simultaneamente, pelo menos seis Frentes Parlamentares na Câmara.
- (E) somente pode ser criada a partir de requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, devendo ser submetido à aprovação da Mesa Diretora.

24

XX, vereador da Câmara Municipal de Fortaleza, e integrante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, vinha apresentando diversas faltas às reuniões deste colegiado. Esse estado de coisas suscitou sua preocupação em relação à possível perda do seu lugar na Comissão.

Ao analisar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, XX concluiu corretamente que a perda do lugar

- (A) não pode decorrer de faltas, mas apenas de infrações administrativas.
- (B) embora possa decorrer de faltas, pressupõe deliberação do Plenário nesse sentido.
- (C) caso ocorra em razão das faltas, impedirá que XX retorne à Comissão no mesmo biênio.
- (D) pode decorrer de faltas, devendo ser declarada pelo Presidente da Câmara a partir de comunicação da Mesa Diretora.
- (E) pressupõe a tramitação de processo administrativo perante a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, obstando a participação de XX em outra Comissão na mesma legislatura.

25

O Partido Político Alfa conta com um vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, que é o seu líder. Esse líder cumula a função de Segundo Secretário da Casa Legislativa e atua como intermediário credenciado nas relações entre o referido parlamentar e os órgãos da Câmara, sendo o porta-voz do seu partido.

À luz do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fortaleza, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à possibilidade de o líder atuar como Segundo Secretário.
- (C) apresenta irregularidade ao admitir que Alfa, com um único vereador, conte com líder na Câmara Municipal.
- (D) apresenta irregularidades ao admitir que um partido político, não um bloco parlamentar, o governo ou a oposição, conte com líder.
- (E) somente apresenta irregularidade em relação à atuação do líder como porta-voz de Alfa, *munus* que recai sobre o presidente do diretório municipal.

Lei Orgânica Municipal

26

A sociedade empresária X pretendia obter a permissão de uso de bem público pertencente ao Município de Fortaleza, em situação na qual o interesse social o exigia.

Ao consultar sua assessoria a respeito dos requisitos exigidos pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza para que a permissão seja obtida, foi corretamente esclarecido ao Diretor-Presidente da sociedade empresária X que ela

- (A) depende de autorização legislativa e de licitação, devendo ser formalizada mediante contrato administrativo.
- (B) sempre depende de licitação e será formalizada mediante contrato administrativo, não carecendo de autorização legislativa.
- (C) pressupõe a realização de oferta pública do bem, de caráter simplificado, com posterior celebração de termo administrativo.
- (D) pressupõe o uso específico e transitório do bem, sendo formalizada por termo administrativo, e terá a duração máxima de doze meses.
- (E) depende de licitação, ressalvadas as exceções legais, sempre que houver mais de um interessado, e será formalizada mediante termo administrativo.

27

Quinze vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza apresentaram proposta de emenda da Lei Orgânica Municipal. Essa proposta foi aprovada e discutida em dois turnos, com interstício de quinze dias entre eles, sendo aprovada, em ambos, pelo voto de vinte e nove vereadores. Por fim, a emenda foi promulgada pelo Prefeito do Município de Fortaleza.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza, é correto afirmar que essa narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à autoridade que promulgou a emenda.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação ao interstício entre os turnos de votação.
- (D) apresenta irregularidade em relação ao número de vereadores que aprovou a proposta de emenda.
- (E) apresenta irregularidade em relação ao número de vereadores que apresentou a proposta de emenda.

28

João, vereador na Câmara Municipal de Fortaleza, com o objetivo de atender aos anseios da coletividade, almejava apresentar projetos de lei disciplinando alguns aspectos afetos à prestação dos seguintes serviços públicos:

- I. fornecimento de água potável;
- II. serviço local de gás canalizado;
- III. iluminação pública.

Ao analisar a Lei Orgânica do Município de Fortaleza, João concluiu corretamente que o Município tem competência para organizar e prestar

- (A) apenas o serviço referido em I.
- (B) apenas o serviço referido em II.
- (C) apenas os serviços referidos em I e II.
- (D) apenas os serviços referidos em I e III.
- (E) todos os serviços referidos em I, II e III.

29

Joana, sacerdotisa da religião X, almejava montar um templo religioso no Município de Fortaleza.

Ao se inteirar dos requisitos previstos exclusivamente na Lei Orgânica desse ente federativo, concluiu corretamente que

- (A) é dispensada a exigência de alvará de funcionamento para o templo religioso.
- (B) deve requerer autorização, ao Poder Executivo, para a criação da associação religiosa que irá operar o templo.
- (C) deve observar, por força do princípio da isonomia, os requisitos a serem cumpridos pela generalidade das associações.
- (D) apenas deve solicitar alvará de funcionamento para o templo religioso, sendo dispensada a autorização para a criação da associação religiosa.
- (E) deve obter certificação, junto à secretaria municipal competente, atestando a compatibilidade da prática religiosa com os interesses locais.

30

Em determinada legislatura, a vereadora Maria, da Câmara Municipal de Fortaleza, constatou que o Município deixou de pagar, por dois anos consecutivos, a dívida pública referente a obrigações para amortização em prazo superior a um ano. Por entender que situação era grave, especialmente em relação às sociedades empresárias que prestavam serviços ao Município, já que muitas delas estavam encerrando suas atividades, o que gerava grande impacto na economia local e no aumento do índice de desemprego, Maria cogitou a possibilidade de ser requerida, pela Câmara Municipal, a decretação da intervenção do Estado no Município.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza, Maria concluiu corretamente que o requerimento alvitado

- (A) é descabido, considerando a inexistência de causa que o justifique.
- (B) pode ser apresentado apenas pelo Ministério Público Estadual.
- (C) deve ser apresentado pelo Prefeito Municipal, após aprovação de dois terços dos vereadores.
- (D) deve ser formulado pelo Presidente da Câmara Municipal, com base em decisão proferida pela maioria absoluta dessa Casa Legislativa.
- (E) pressupõe que a Comissão de Negociação tenha esgotado, junto ao Poder Executivo municipal, a possibilidade de pagamento espontâneo da dívida.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Sobre os *créditos da Fazenda Pública*, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Em se tratando de dívida não-tributária, a Fazenda Pública pode efetuar a inscrição em dívida ativa e buscar sua satisfação por meio da Execução Fiscal.
- () Os créditos oriundos do inadimplemento de tarifa ou preço público integram a Dívida Ativa tributária, sendo aplicáveis as disposições constantes do Código Tributário Nacional.
- () Os créditos oriundos de foros e laudêmios integram a Dívida Ativa não Tributária, devendo ser escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

32

Em relação às disposições da Constituição Federal sobre finanças públicas e orçamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os recursos públicos vinculados ao orçamento de estatais prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário, não podem ser bloqueados ou sequestrados por decisão judicial para pagamento de suas dívidas.
- (B) É inconstitucional a lei estadual que, ao prever o aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, impõe ao Chefe do Executivo a divulgação da aplicação dos recursos provenientes desse aumento.
- (C) É legítima a utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, ainda que não autorizado em legislação específica.
- (D) Verbas estaduais podem ser objeto de bloqueio, penhora e/ou sequestro para pagamento de valores devidos em ações trabalhistas, quando as empresas reclamadas detenham créditos a receber da administração pública estadual.
- (E) É legítima a vinculação, por meio de lei estadual, de receita de ICMS a órgãos estaduais de incentivo ao esporte e à cultura.

33

Sobre as *leis do orçamento*, é correto afirmar que

- (A) lei que dispõe sobre o plano plurianual é de iniciativa exclusiva do Poder Legislativo.
- (B) lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias é de iniciativa concorrente do Poder Legislativo e do Poder Executivo.
- (C) lei que dispõe sobre os orçamentos anuais é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (E) cabe à lei ordinária, de iniciativa do Poder Executivo, estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

34

Determinada lei estadual concedeu isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) às motocicletas de até 150 cilindradas, sem elaborar estudo de impacto orçamentário e financeiro.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inconstitucional a lei estadual, pois, para a concessão do benefício fiscal, é necessário prévio estudo de impacto orçamentário e financeiro.
- (B) Não há qualquer vício formal no processo legislativo em questão, porque o requisito constitucional de estimativa de impacto orçamentário e financeiro se aplica exclusivamente às proposições legislativas de âmbito federal.
- (C) A ampliação do rol de isenções do IPVA está dentro da margem legal de discricionariedade relacionada à função extrafiscal do imposto, com amparo na promoção da justiça social e da igualdade, bem como na dignidade da pessoa humana, sendo legítimo o benefício.
- (D) De acordo com os conceitos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a isenção referida não se caracteriza como renúncia fiscal, sendo legítima a sua concessão.
- (E) Não cabe à lei estadual conceder tal benefício, por se tratar de renúncia de receita, cabendo à lei complementar federal estabelecer tal isenção.

35

O Decreto Legislativo nº 06, de março de 2020, reconheceu, para os fins do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República.

A Emenda Constitucional nº 106, de 2020, por sua vez, institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia do coronavírus.

Conforme previsto na LRF, durante a vigência do estado de calamidade pública

- (A) não se dispensa o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho.
- (B) não se dispensa as condições e demais restrições da lei de responsabilidade fiscal à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a contratação e aditamento de operações de crédito.
- (C) afasta-se as disposições relativas à transparência, controle e fiscalização.
- (D) dispensa-se os limites aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para concessão de garantias.
- (E) não se dispensa os limites aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a contratação entre entes da Federação.

36

Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação à *repartição de receitas tributárias*, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () É vedada a concessão de incentivos, benefícios e isenções fiscais relativos ao Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados por parte da União em relação ao Fundo de Participação de Municípios e respectivas quotas devidas aos Municípios.
- () Pertence à União a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos pelos Municípios, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.
- () A reforma tributária criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e sociais, mediante a entrega de recurso da União aos Estados e Distrito Federal.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – F.

37

Segundo o Art. 100, da Constituição Federal de 1988, os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Sobre o tema apresentado, é firme a jurisprudência da Suprema Corte no sentido de que as empresas públicas e sociedades de economia mista

- (A) não se submetem, em nenhuma hipótese, ao regime constitucional dos precatórios, pois a elas não são extensíveis os privilégios da Fazenda Pública.
- (B) se submetem ao regime constitucional dos precatórios, ainda que exerçam atividade econômica em sentido estrito, por serem pessoas jurídicas de direito público.
- (C) se submetem ao regime constitucional dos precatórios, desde que executem atividades em regime de concorrência.
- (D) devem prestar, exclusivamente, serviços públicos de caráter essencial, em regime não concorrencial e não ter a finalidade primária de distribuir lucros para se submeterem ao regime constitucional dos precatórios.
- (E) não se submetem ao regime constitucional dos precatórios, pois todas atuam em atividades econômicas em sentido estrito, sob pena de grave desequilíbrio do mercado.

38

Relacione as despesas à respectiva definição:

1. Despesas de capital
 2. Despesas extraorçamentárias
 3. Despesas produtivas
 4. Despesas correntes
- () Gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integram o patrimônio público.
- () Gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral.
- () Despesas que não precisam de autorização legislativa para ser realizadas.
- () Despesas que, além de satisfazer necessidades públicas, enriquecem o patrimônio do Estado ou aumentam a capacidade econômica do contribuinte.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 4 – 2 – 3.
 (B) 3 – 4 – 1 – 2.
 (C) 4 – 2 – 3 – 1.
 (D) 2 – 3 – 4 – 1.
 (E) 3 – 1 – 4 – 2.

39

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e sanções em caso de descumprimento.

Dentre as sanções aos entes da Federação pelo desrespeito à LRF, estão

- (A) suspensão das transferências voluntárias relativas a ações de educação, saúde e assistência social para o ente que não comprove que está em dia quanto ao pagamento de tributos e empréstimos.
- (B) aplicação de multas aos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- (C) proibição de realizar licitações e contratos ao ente que consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- (D) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, ao ente que gerar despesa sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (E) suspensão das transferências voluntárias para o ente que não instituir, prever e arrecadar tributos de sua competência.

40

Em relação os instrumentos da *transparência da gestão fiscal*, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O Relatório Resumido da Execução Orçamentária é um instrumento de transparência previsto na Constituição Federal e deve, quando for o caso, apresentar justificativas da limitação de empenho.
- () As empresas estatais dependentes são dispensadas de utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo.
- () Os entes da Federação devem disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica, o acesso a informações, quanto à receita, referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
 (B) V – F – V.
 (C) F – V – V.
 (D) F – V – F.
 (E) V – V – F.

41

Relacione as hipóteses de suspensão de exigibilidade, exclusão e extinção do crédito tributário às respectivas definições.

1. Anistia
 2. Moratória
 3. Remissão
 4. Isenção
- () É hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito, consistente na prorrogação, por lei, do prazo para pagamento do tributo.
- () É hipótese de exclusão do crédito tributário que abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- () É hipótese de extinção do crédito tributário consistente no perdão total ou parcial do tributo já lançado, concedida por lei específica.
- () É hipótese de exclusão do crédito tributário consistente na dispensa legal do pagamento de um tributo previsto em lei.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 1 – 3 – 4.
 (B) 3 – 2 – 4 – 1.
 (C) 1 – 3 – 2 – 4.
 (D) 4 – 3 – 2 – 1.
 (E) 1 – 2 – 3 – 4.

42

Alguns municípios da federação instituíram a chamada Taxa de Coleta de Lixo (TCL), cobrada exclusivamente em razão da prestação dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

Sobre a TCL, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A taxa é inconstitucional, pois viola o princípio da isonomia.
- (B) A taxa é constitucional, uma vez que se trata de atividade específica e divisível, de utilização efetiva ou potencial, prestada ao contribuinte ou posta à sua disposição.
- (C) A taxa é constitucional, visto que há, na TCL, exercício regular do Poder de Polícia.
- (D) A taxa é inconstitucional, pois o serviço público prestado é universal e indivisível.
- (E) A taxa é inconstitucional, pois tem base de cálculo própria de imposto.

43

A Constituição Federal de 1988 reservou algumas matérias para serem disciplinadas por lei complementar.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O conflito de competência em matéria tributária não é matéria reservada à lei complementar.
- (B) A disposição das condições para o gozo da imunidade é matéria afeta à lei complementar.
- (C) A concessão de isenções, incentivos e benefícios de ICMS é matéria reservada à lei complementar.
- (D) A definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes das contribuições sociais é matéria afeta à lei complementar.
- (E) À falta de normas gerais editadas pela União, por meio de lei complementar, não é legítimo o exercício de competência legislativa plena dos Estados em relação ao IPVA.

44

Uma norma de determinado Estado revogou benefício fiscal relativo ao ICMS.

Sobre a vigência da norma referida, assinale a afirmativa correta.

- (A) A norma somente pode entrar em vigor após 30 (trinta) dias da sua publicação.
- (B) A norma pode entrar em vigor no dia seguinte à data de sua publicação.
- (C) A vigência da norma deve observar ao princípio da anterioridade, geral e nonagesimal.
- (D) A vigência da norma deve atender ao princípio da anterioridade nonagesimal, não se submetendo o ICMS ao princípio da anterioridade anual ou geral.
- (E) A vigência da norma será prevista em convênio, pois somente através da deliberação dos Estados é que é possível revogar benefício fiscal de ICMS.

45

A Constituição Federal dispõe sobre a repartição das receitas tributárias.

Com relação à destinação do montante arrecadado a título de impostos, analise os itens a seguir.

- I. Pertence aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.
- II. Viola a reserva de lei complementar federal a norma estadual que dispõe sobre o cálculo do valor agregado, para fins de partilha da arrecadação do ICMS aos Municípios.
- III. É vedado ao Estado impor condições para entrega aos Municípios das parcelas que lhes compete na repartição das receitas tributárias, salvo como condição ao recebimento de seus créditos ou ao cumprimento dos limites de aplicação de recursos em serviços de saúde.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

46

João recebeu em doação de Maria a quantia de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). A transmissão não foi objeto de declaração do contribuinte junto ao Fisco para fins de incidência do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Em relação à hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Fisco tem 5 (cinco) anos, a partir da tradição, para realizar a cobrança do crédito tributário, visto que o ITCMD é um imposto sujeito ao lançamento por homologação, sob pena de prescrição.
- (B) O Fisco tem 5 (cinco) anos, a partir da ciência do fato gerador, para realizar a cobrança do crédito tributário, visto que o ITCMD é um imposto sujeito ao lançamento por homologação, sob pena de prescrição.
- (C) Como a declaração não foi prestada, por quem de direito, o Fisco deve proceder ao lançamento de ofício, no prazo de cinco anos contados da data da ciência do fato gerador pelo Fisco.
- (D) Como a declaração não foi prestada, por quem de direito, o Fisco deve proceder ao lançamento de ofício, no prazo de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador.
- (E) Como a declaração não foi prestada, por quem de direito, o Fisco deve proceder ao lançamento de ofício, no prazo de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte à data em que ocorreu o fato gerador do tributo.

47

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF e do STJ, não incide contribuição previdenciária sobre

- (A) o pagamento de terço constitucional de férias.
- (B) o auxílio-alimentação pago em pecúnia.
- (C) as horas extras e seu respectivo adicional.
- (D) o valor pago a título de aviso prévio indenizado.
- (E) o 13º salário.

48

A entrega da Declaração de Contribuições e Tributos Federais (DCTF), pelo contribuinte, equivale ao próprio lançamento do crédito. A falta de recolhimento, no devido prazo, do valor correspondente ao crédito tributário declarado, acarreta diversas consequências no âmbito tributário.

Com relação às consequências da falta de recolhimento do tributo na hipótese descrita, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O Fisco fica autorizado à inscrição em dívida ativa.
 () Fixa-se o termo *a quo* do prazo de prescrição para sua cobrança.
 () Fica afastada a denúncia espontânea.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
 (B) V – F – F.
 (C) V – V – V.
 (D) F – F – V.
 (E) F – V – F.

49

Em relação à obrigação tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A obrigação tributária principal se refere ao pagamento do tributo e a acessória ao pagamento de juros e mora.
 (B) A obrigação tributária acessória ostenta caráter dependente em relação à matriz de incidência do tributo, vinculando apenas o contribuinte ou responsável do tributo, quando da ocorrência do fato gerador.
 (C) A responsabilidade pelo pagamento do tributo pode ser atribuída a um sujeito que deixa de cumprir com sua obrigação tributária acessória, como o encargo de reter e recolher ao fisco a importância devida por alguém que se encontra no polo passivo de uma obrigação principal.
 (D) O descumprimento de uma obrigação tributária acessória não a torna obrigação principal, sendo imprescindível a prévia instauração de processo administrativo para análise e defesa do sujeito passivo.
 (E) A obrigações tributária acessória não subsiste nos casos em que o tributo é declarado inconstitucional.

50

Os artigos 107 a 112, do Código Tributário Nacional (CTN), tratam sobre a interpretação e a integração da legislação tributária.

Com relação ao tema, analise os itens a seguir.

- I. Admite-se o uso de analogia, desde que haja ausência de disposição expressa na legislação tributária.
- II. Os conceitos de direito privado, como “propriedade” e “serviço”, utilizados pela Constituição Federal, não poderão ser alterados pela lei tributária para definir ou limitar competências tributárias.
- III. Normas tributárias que impliquem em renúncia fiscal interpretam-se extensivamente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
 (B) II e III, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) I, apenas.
 (E) III, apenas.

51

Ao se pensar nos diversos tipos de bens existentes na economia, pode ser útil classificá-los considerando se o bem é ou não excludente e se o bem é ou não rival.

Dessa maneira, os bens públicos

- (A) são excludentes e rivais.
 (B) são excludentes, mas não são rivais.
 (C) não se incluem nessa classificação.
 (D) não são excludentes, mas são rivais.
 (E) não são nem excludentes nem rivais.

52

Quando há externalidades, o interesse da sociedade em um resultado de mercado vai além do bem-estar dos compradores e vendedores que dele participam, incluindo também o bem-estar de terceiros que são indiretamente afetados.

Nesse caso, o equilíbrio de mercado ***não***

- (A) é eficiente.
 (B) existe.
 (C) tem nenhum valor para a sociedade.
 (D) gera externalidades positivas.
 (E) pode ser calculado.

53

Uma indústria é um monopólio natural quando uma só empresa consegue ofertar um bem ou serviço a um mercado inteiro a um custo

- (A) menor do que duas ou mais empresas, devido às economias de escala existentes em uma pequena faixa de produção.
 (B) menor do que duas ou mais empresas, devido às economias de escala existentes em toda a faixa relevante de produção.
 (C) igual ao de duas ou mais empresas, devido às economias de escala existentes em uma pequena faixa de produção.
 (D) maior do que duas ou mais empresas, devido às economias de escala existentes em uma pequena faixa de produção.
 (E) maior do que duas ou mais empresas, devido às economias de escala existentes em toda a faixa relevante de produção.

54

Oligopólio é uma estrutura de mercado em que apenas poucos produtores oferecem produtos similares ou idênticos.

Assim, uma característica-chave do oligopólio é

- (A) apresentar lucro maior do que se fosse um monopólio.
 (B) existir grande concorrência entre os produtores.
 (C) apresentar uma tensão entre cooperação e interesse próprio.
 (D) formar cartéis nos países democráticos.
 (E) ter preços iguais aos custos de produção.

55

Uma das funções do Governo na economia é denominada alocativa. Ela se baseia no fornecimento ou regulação pelo governo de bens e serviços em alguns mercados.

O objetivo desta função é

- (A) gerar receita fiscal.
 (B) prejudicar a operação das empresas.
 (C) distribuir renda.
 (D) corrigir falhas de mercado.
 (E) controlar a inflação.

56

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público.

Entre as inovações permitidas pelo PCASP está

- (A) a adoção do Regime de Caixa.
- (B) a inclusão dos usuários na elaboração.
- (C) a centralização dos lançamentos e registros.
- (D) o maior destaque do objetivo central das entidades.
- (E) a segregação das informações orçamentárias e patrimoniais.

57

Em relação às receitas orçamentárias, classifica(m)-se como “Outras Receitas Correntes”, em uma entidade do setor público,

- (A) a Cessão de Direitos.
- (B) o Resgate de Títulos do Tesouro.
- (C) as Transferências de Instituições Privadas.
- (D) a Remuneração das Disponibilidades do Tesouro.
- (E) as Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

58

O Balanço Orçamentário não consolidado de uma entidade do setor público apresenta desequilíbrio. A entidade não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Nesse caso, deve haver

- (A) ênfase na análise dos quadros da execução de restos a pagar, processados e não processados.
- (B) substituição do enfoque individual para o consolidado, tornando este o balanço orçamentário primário.
- (C) apresentação de balanço orçamentário adicional com os ajustes que dizem respeito à movimentação financeira.
- (D) inclusão de conciliação entre as transferências financeiras recebidas e concedidas que integram o balanço orçamentário.
- (E) evidenciar complementar em nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira relacionado à execução do orçamento do exercício.

59

Da necessidade de adequação dos demonstrativos aplicados ao setor público à adoção das normas Internacionais de contabilidade convergidas para a realidade brasileira, resultou a modificação do Plano de Contas Aplicado às entidades do setor público.

Nesse contexto, o registro por natureza da informação contábil, separando as informações por três naturezas, impactou, significativamente, a seguinte demonstração:

- (A) Balanço Financeiro.
- (B) Balanço Patrimonial.
- (C) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (D) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

60

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária abrange todos os Poderes e o Ministério Público, e é publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Avale se a composição do referido relatório inclui:

- I. Balanço Orçamentário, especificando, por categoria econômica, as receitas por fonte e as despesas por grupo de natureza.
- II. Demonstrativos da execução das receitas, por categoria econômica e fonte, e das despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.
- III. Demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa e da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, empenhas e não liquidadas e não inscritas por falta de disponibilidade de caixa.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária é composto pelo que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

61

De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, quando não dispuserem de capacidade técnica e operacional para a celebração e o acompanhamento dos convênios, os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão contratar para atuar como mandatárias, em nome da União, na operacionalização dos contratos de repasse,

- (A) as instituições financeiras privadas.
- (B) os prestadores de serviços específicos.
- (C) as instituições financeiras oficiais federais.
- (D) as entidades da administração pública federal, que atuam na mesma atividade.
- (E) as entidades da administração pública federal, que atuam em entidades complementares.

62

Na transferência de recursos da União, por meio da celebração de convênios e de contratos de repasse, a prestação de contas será iniciada

- (A) no prazo de trinta dias da consecução do objeto.
- (B) no prazo de sessenta dias do término da vigência do contrato.
- (C) no prazo de dez dias da constatação de impropriedades ou indícios de irregularidade.
- (D) concomitantemente à liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.
- (E) no prazo de quarenta e cinco dias da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no Transferegov.br.

63

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.

Alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são complexos e difíceis de ser representados no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, de modo que alguns usuários podem precisar de ajuda de assistente para auxiliá-los em sua compreensão.

Nesse caso, a informação deve ser

- (A) excluída do relatório.
- (B) mencionada como Fato Relevante.
- (C) incluída apenas em notas explicativas, com as devidas informações.
- (D) incluída no relatório, com esforços para que seja compreensível para grande parte dos usuários.
- (E) incluída no relatório, apenas quando considerada indispensável para a formação de opinião dos usuários.

64

De acordo com o Manual de Informações de Custos do Governo Federal, o Sistema de Informações de Custos é o sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivos

- (A) a maximização da utilidade da informação gerada pela gestão de custos e a sua disponibilização a todos os envolvidos no Sistema.
- (B) a adequação das políticas públicas de custos e o fornecimento de treinamento adequado a todos os atores envolvidos no processo.
- (C) a convergência das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e a melhoria constante do processo de provimento de informações.
- (D) o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos gestores no processo decisório.
- (E) o encorajamento à utilização de sistemas informatizados em todas as etapas do processo de custos no setor público e o fornecimento de treinamento adequado para tal.

65

A experiência do Governo Federal na implantação de sistema de custos por meio da concepção do Sistemas de Informações de Custos, parte da modelagem de custos primária, que utilizou os registros da execução orçamentária da despesa para a mensuração da variável financeira, havendo a necessidade da realização de ajustes para que a informação inicial se aproxime da informação de custos, que deve obedecer ao regime de competência.

Nesse sentido, representam ajustes patrimoniais

- (A) Despesas incorridas em adiantamentos.
- (B) Despesas de exercícios anteriores.
- (C) Amortizações da dívidas.
- (D) Inversões Financeiras.
- (E) Investimentos.

66

De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, o controle de qualidade em firmas que executam trabalhos de asseguração, e a conformidade com os princípios éticos, é amplamente reconhecido como sendo de interesse público e parte integrante dos trabalhos de asseguração de alta qualidade.

Deste modo, os membros da equipe e o revisor de controle de qualidade devem seguir, entre outros, o princípio ético da integridade, o qual requer que eles

- (A) ajam de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.
- (B) sejam diretos e honestos em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.
- (C) não realizem uma atividade profissional se uma circunstância ou relação influenciar, de forma indevida, o seu julgamento com relação a essa atividade.
- (D) não comprometam seu julgamento profissional ou comercial devido a comportamento tendencioso, a conflito de interesses ou a influência indevida de outros.
- (E) mantenham conhecimento profissional e habilidade no nível necessário para assegurar que o cliente receba serviço profissional competente, com base em padrões técnicos e profissionais atuais e legislação relevante.

67

De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, as condições para que o trabalho de asseguração seja relevante para aceitação e continuidade exigem que o trabalho apresente as características listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O objeto é apropriado.
- (B) As etapas de trabalho e os critérios aplicados na elaboração da informação do objeto são mantidos em sigilo em relação aos usuários previstos.
- (C) Os critérios que o auditor independente espera que sejam aplicados na elaboração da informação do objeto são apropriados às circunstâncias do trabalho.
- (D) O auditor independente espera ser capaz de obter a evidência necessária para fundamentar a sua conclusão.
- (E) A conclusão do auditor independente, na forma apropriada tanto para o trabalho de asseguração razoável quanto para o trabalho de asseguração limitada, será incluída no relatório.

68

De acordo com a Constituição Federal, uma Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados poderá solicitar, à autoridade governamental responsável, que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários, diante de indício de

- (A) obras superfaturadas.
- (B) receitas não recebidas.
- (C) despesas não autorizadas.
- (D) ingressos em caixa sem justificativas.
- (E) investimentos programados sem a necessidade comprovada.

69

A auditoria operacional em uma entidade do setor público tem como foco

- (A) auferir se um objeto particular está em conformidade com normas identificadas como critérios.
- (B) averiguar se os funcionários trabalham de acordo com as normas estabelecidas pela entidade, com o intuito de incentiva-los a fazê-lo.
- (C) avaliar se as atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.
- (D) obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir que o auditor opine que as informações financeiras estão livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.
- (E) determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.

70

O Governo de um Município instalou, em praças públicas, academias voltadas à prática de exercícios por pessoas com mais de 60 anos.

O fato representa uma política pública

- (A) legislativa.
- (B) recreativa.
- (C) distributiva.
- (D) associativa.
- (E) redistributiva.

QUESTÃO DISCURSIVA 1

A controvérsia em relação ao Orçamento Secreto veio a público por meio de diversas reportagens em meados do ano de 2021. Por conta disso, partidos políticos ajuizaram perante o Supremo Tribunal Federal - STF arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs) objetivando a declaração da inconstitucionalidade as práticas orçamentárias viabilizadoras do chamado “esquema do orçamento secreto”.

Em julgamento ocorrido em 19/12/2022, o STF, por maioria de votos, declarou o chamado “orçamento secreto” incompatível com a Constituição Federal de 1988. Em novembro do ano anterior, a relatora do processo, Ministra Rosa Weber havia concedido liminar para suspender os repasses de verba do orçamento secreto.

Sobre o tema, e tendo como base na decisão do STF, responda os itens a seguir, ressaltando-se que todas as respostas devem ser fundamentadas:

- a) O que são emendas parlamentares orçamentárias? Quais são os requisitos para que a emenda seja aprovada?
- b) De acordo com o STF, o que consiste no chamado “orçamento secreto”?
- c) Cite três fundamentos utilizados pelo STF para declarar a incompatibilidade com a ordem constitucional brasileira das práticas orçamentárias viabilizadoras do chamado “esquema do orçamento secreto”?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

QUESTÃO DISCURSIVA 2

Uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial (quadro principal) em 31/12/2023:

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente cujos benefícios ocorrerão nos seis meses seguintes:	R\$12.000;
Obrigações fiscais a curto prazo:.....	R\$25.000;
Obrigações trabalhistas de curto prazo:.....	R\$35.000;
Participações permanentes em outras sociedades:.....	R\$70.000;
Transferências fiscais a curto prazo:.....	R\$55.000;
Empréstimos concedidos a terceiros para recebimento em 01/10/24:.....	R\$80.000;
Caixa e equivalentes de caixa:.....	R\$150.000;
Financiamentos com vencimento em 3 anos:.....	R\$170.000;
Computadores destinados ao uso na atividade fim da entidade:.....	R\$190.000;
Créditos tributários de curto prazo:.....	R\$200.000;
Obrigações com vencimento em 120 dias:.....	R\$210.000;
Móveis e utensílios destinados ao uso na atividade fim da entidade:.....	R\$250.000.

Com base nos saldos do balanço patrimonial e no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), indique:

1. O total do Patrimônio Líquido
2. O saldo e composição de:
 - a) Ativo circulante;
 - b) Ativo não circulante;
 - c) Passivo circulante;
 - d) Passivo não circulante.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

